

Fiscal do documento de compra da Covaxin, firmado entre o Ministério da Saúde e a Precisa Medicamentos, Regina Célia Oliveira refutou, na CPI da Covid, qualquer fato incomum na tratativa analisada por ela. Senadores desconfiam do depoimento

Servidora não viu nada “atípico” em contrato

Fotos: Edilson Rodrigues/Agência Senado

» BRUNA LIMA
» SARAH TEÓFILO

O depoimento à CPI da Covid da servidora do Ministério da Saúde Regina Célia Silva Oliveira deixou a impressão em senadores de que ela tentou proteger alguém. A fiscal do contrato de compra da vacina indiana Covaxin se amparou na burocracia para justificar problemas identificados por parlamentares nas negociações, disse não ter visto nada de irregular no documento e jogou para o setor de importação a responsabilidade sobre eventuais inconsistências.

Regina Célia foi convocada por causa do depoimento do servidor Luis Ricardo Miranda, chefe de Importação do Departamento de Logística do ministério. De acordo com Miranda, a servidora autorizou o prosseguimento da importação da Covaxin, passando por cima do setor no qual ele atua. A pasta fechou contrato, em 25 de fevereiro, com a Precisa Medicamentos, representante no Brasil do laboratório indiano Bharat Biotech, para a aquisição de 20 milhões de doses do imunizante a R\$ 1,6 bilhão.

Miranda relatou “pressões atípicas” por parte dos seus superiores para agilizar a importação da vacina, mas ele teria identificado irregularidades no invoice (fatura internacional) e pedido correções. Ao final, segundo enfatizou, o procedimento de importação seguiu sem sua autorização, mas com o aval de Regina Célia.

Um dos problemas listados por Miranda foi o pedido de pagamento antecipado, que foi corrigido, e a quantidade de imunizantes. Conforme contrato, deveriam ser entregues, num primeiro lote, quatro milhões de doses. A empresa previa, entretanto, segundo invoice, a entrega de três milhões. Outro ponto era o pagamento a uma terceira empresa que não constava no contrato, a Madison Biotech, com sede em Cingapura.

Aos senadores, Regina Célia afirmou que aprovou o prosseguimento da negociação apenas em relação à divergência do quantitativo. Segundo ela, a empresa informou que não conseguiria enviar os quatro milhões de doses por um problema de regulamentação, mas que enviaria um milhão de unidades nos embarques seguintes. “Considereei razoável, porque, em outros contratos, nós aceitamos também. Até porque, a vacina não seria paga pelos



Regina Célia Oliveira disse que não sofreu qualquer pressão por parte dos seus superiores para agilizar a análise do contrato da Covaxin

R\$ 45 milhões

De acordo com os irmãos Miranda, o invoice previa pagamento antecipado de R\$ 45 milhões por três milhões de doses da Covaxin, o que não estava previsto no contrato. Pela negociação, o pagamento só deveria se fazer após o governo receber o imunizante, o que ainda não ocorreu.

quatro milhões, seria pago o que entregou”, disse.

Questionada pelo presidente da comissão, Omar Aziz (PSD-AM), se não encontrou algo atípico no contrato, ela negou. “Não achei nada atípico no processo, no que me cabe. Em relação à minha função de fiscal para fiscalizar a execução do contrato, não teve nada atípico”, enfatizou.

Sobre a permanência da Madison na invoice, Regina Célia “lavou as mãos”: disse que caberia ao setor de importações e que ela não avaliou quesito. Um e-mail enviado pela servidora, entretanto, mostra que ela deu autorização ao prosseguimento da negociação. O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) leu a men-



Ela me parece ser uma peça do mecanismo. Vem a esse depoimento claramente orientada e coordenada para proteger algumas pessoas”

Randolfe Rodrigues (Rede-AP), vice-presidente da CPI

sagem diversas vezes, na qual ela diz: “Autorizamos a continuidade dos procedimentos de embarque, nas condições ora apresentadas”.

No mesmo e-mail, Regina Célia afirma que aguarda o envio de uma declaração que diz que a Madison é incorporada pela Bharat. Apesar da mensagem, a servidora sustentou que sua resposta era relativa apenas ao primeiro ponto, do quantitativo de doses. “Não aceitei o envio da invoice no nome da Madison”, frisou. A questão foi muito questionada pelos senadores. Eles enfatizaram que Regina Célia era fiscal do contrato, mas não o fiscalizou por completo. A irritação de parlamentares foi grande. Em determinado momento, o senador Rogério Carva-



A oposição fez um grande esforço para tentar confundir a fala dela, mas ela foi muito clara”

Marcos Rogério (DEM-RO), senador governista, alegando “tentativa de construção de uma narrativa baseada em fake news”

lho (PT-SE) perguntou: “Quem a senhora está protegendo?”

Para o vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o depoimento foi confuso e paradoxal. “Ela se apresenta como fiscal de contrato em que os termos mais controversos do contrato ela não fiscaliza. Como o caso da invoice. Joga a responsabilidade para aquele que foi responsável por denunciar toda a alteração em relação ao contrato”, destacou.

Diante da tática adotada pela depoente, Rodrigues acredita que ela compareceu com o objetivo de proteger “outros vetores”. “Chama a atenção o fato histórico da Regina ser nomeada pelo então ministro Ricardo Barros. No começo do governo Bolsonaro, ela é

exonerada e depois volta a ser nomeada. Ela me parece ser uma peça do mecanismo. Vem a esse depoimento claramente orientada e coordenada para proteger algumas pessoas”, ressaltou.

Já o senador governista Marcos Rogério (DEM-RO) criticou a “tentativa de construção de uma narrativa baseada em fake news”. “A oposição fez um grande esforço para tentar confundir a fala dela, mas ela foi muito clara”, disse. Rogério admitiu, no entanto, que a servidora, em alguns momentos, ficou confusa nos esclarecimentos quanto a uma terceira empresa, no caso, a Madison, que não estava presente no contrato, entrar como a recebedora do pagamento.

Conforme Regina Célia, a portaria que a designou como fiscal do contrato foi assinada só em 22 de março, dois dias após o encontro do presidente Jair Bolsonaro com o deputado federal Luis Miranda (DEM-DF) e com Luis Ricardo Miranda, no qual os irmãos disseram ter relatado ao chefe do Planalto irregularidades no contrato da Covaxin.

O cronograma de entrega previa primeiro lote em 17 de março, e outra parte no dia 27, o que não ocorreu. A empresa não cumpriu nenhuma dos prazos (o último lote deveria ser entregue 70 dias após a assinatura do contrato). Regina Célia afirmou que enviou uma notificação de descumprimento dos prazos em 30 de março. “A portaria de nomeação que me indicou como fiscal desse contrato só foi publicada no dia 22. Eu não poderia me manifestar antes disso”, explicou. Em outro momento da oitiva, no entanto, ela disse ter sido designada como fiscal do contrato antes, em 8 de março, apesar de a portaria com a nomeação ter sido publicada só no dia 22.

Punição

Outra questão abordada no depoimento foi a ausência de sanções do ministério em relação à empresa que estava descumprindo os prazos previstos em contrato: imunizantes deveriam ter sido entregues entre 17 de março e 6 de maio. A servidora disse ter feito notificações à companhia ao longo do período, mas o relatório apontando o descumprimento total do contrato foi feito só em 23 de junho. Os senadores a criticaram, dizendo que a ação só ocorreu após as denúncias feitas à CPI. “Depois que estourou o escândalo”, pontuou Aziz.

A servidora justificou que ficou de férias entre 7 e 18 de junho, mas que já havia o relatório, esperando apenas os documentos da empresa para assinar e remeter ao ministério. Depois desse relatório e as denúncias na CPI, o governo suspendeu o contrato, no dia 29.

“Ao final desses 70 dias, eu emiti um relatório apontando o descumprimento total do contrato e submeti isso à Secretaria de Vigilância em Saúde para que eles avaliassem a pertinência da continuidade da contratação do ponto de vista técnico, se haveria ainda continuidade. Fiz isso recentemente, porque estava de férias”, pontuou.

Tebet indica falsificação de documento

A senadora Simone Tebet (MDB-MS) disse acreditar que houve falsificação no documento usado pelo governo para rebater denúncia de irregularidades na compra da vacina indiana Covaxin. À CPI da Covid, a parlamentar identificou 24 erros na chamada “invoice” (uma fatura com os dados do pagamento) apresentada pelo ministro Onyx Lorenzoni, em 23 de junho, quando ameaçou processar os denunciadores.

Com uma imagem do documento, Tebet apontou erros de grafia, de inglês, e falta de informações na nota fiscal que teria sido enviada pela Precisa Medicamentos ao Ministério da Saúde para a compra da Covaxin, em março deste ano. “Tem clara comprovação de falsidade de documento privado. Nós estamos falando de falsidade ideológica formulada por alguém”, disse a senadora.

Entre os erros apontados por Tebet estão marca e o logotipo da empresa desenquadrados — “não estão alinhados em alguns pontos, como se fosse uma montagem” —; erros de inglês, como *prince* (príncipe) no lugar de *price* (preço); *airpor* e não *airport* (aeroporto); mistura de português e inglês, o que a senadora chamou de “portinglês”; diferença no número de doses de vacinas de um campo para o outro; falta de dados bancários e assinaturas/autorizações.

O documento foi divulgado pela primeira vez pelo servidor do Ministério da Saúde Luis Ricardo Miranda e seu irmão, o deputado Luis Miranda (DEM-DF), como prova de que havia irregularidade na compra da Covaxin. Na versão apresentada pelos dois, a invoice previa pagamento antecipado de R\$ 45 milhões por três

milhões de doses da Covaxin, o que não estava previsto no contrato fechado entre Ministério da Saúde e a Precisa Medicamentos, intermediadora do negócio. Pelo acordo, o pagamento só deverá se fazer após o Brasil receber a vacina, o que ainda não ocorreu.

Outro ponto levantado pelos irmãos é que a empresa destinataria do pagamento é a Madison Biotech, uma offshore sediada em Cingapura que não consta no contrato. Segundo a Precisa, a empresa é ligada ao laboratório indiano Bharat Biotech, fabricante da Covaxin.

Em 23 de junho, Lorenzoni e o assessor da Casa Civil e ex-secretário-executivo da Saúde, coronel Elcio Franco, fizeram um pronunciamento no Palácio do Planalto no qual acusaram os irmãos Miranda de forjarem o documento para sugerir irregularidades. Se-

gundo Franco e Lorenzoni, o governo havia recebido duas versões da nota fiscal, mas nenhuma delas correspondia à que havia sido apresentada pelos irmãos. O documento apresentado pelos irmãos, no entanto, consta no sistema do Ministério da Saúde.

“Como é que ninguém visualiza um documento fajuto como este, documento apresentado pelo Onyx e pelo Elcio, fotografado por nós e pela imprensa?”, frisou Tebet. Ela questionou se a Madison teria produzido um documento “com tantos erros de inglês”.

Segundo ela, o erro mais grave foi em relação ao número de doses. A quantidade expressa na nota fiscal era diferente em dois campos do documento. “As doses ali, eles colocam que são 300 mil caixas com 16 ampolas cada, cada ampola dá para uma dose. Se eu for multiplicar por isso, o que



A senadora mostrou a invoice, com 24 erros, inclusive de inglês

o Brasil teria que receber 4,8 milhões de doses, e não três milhões, como está aqui”, afirmou. “É um documento que diz que ora o Brasil vai receber 4,8 milhões de doses da vacina, ora vai

receber três milhões de doses.” Procurados pela reportagem para explicar os erros apontados pela senadora, Lorenzoni e o Ministério da Saúde não responderam até o fechamento desta edição.